

A estatura político-estratégica do Brasil e o poderio bélico nacional: idéias para o planejamento estratégico*

Carlos Alberto Pinto Silva**

Repetidamente ouvimos dizer que as Forças Armadas brasileiras devem estar ajustadas à “estatura político-estratégica” do Brasil. Nada a reparar a respeito da assertiva, uma vez que, entre outras coisas, as Forças Armadas existem, e devem se manter sempre prontas, para assegurar a consecução dos Objetivos Nacionais Permanentes e para respaldar as decisões soberanas da Nação. Assim, a experiência histórica mostra que, quanto maior a estatura de um Estado, mais poderoso se apresenta o seu braço armado. Em outras palavras, a “estatura político-estratégica” de uma nação baliza os procedimentos destinados a dotá-la de um poderio bélico adequado.

Como dissemos, essa expressão tem sido muito utilizada no Brasil. Mas, como representá-la; como defini-la? Se não formos capazes de definir o atual nível do Brasil no concerto das nações, nem de visualizar a sua evolução no futuro, dificilmente poderemos estabelecer que poderio bélico deverá, hoje e amanhã, estar à sua disposição.

Neste trabalho pretendemos, levando em consideração as opiniões de diversos especialistas, delinear a chamada “estatura político-estratégica do Brasil” e apresentar idéias que poderão ser consideradas

pelos profissionais das Armas que se dedicam ao planejamento estratégico da Força Terrestre.

Política de Defesa Nacional e a expressão “estatura político-estratégica do Brasil”

Decidimos iniciar o nosso estudo apreciando a Política de Defesa Nacional (PDN),¹ limitando-nos a destacar as referências feitas à estatura (*status*) do Brasil na cena internacional, como balizadora do planejamento que deve ser realizado de forma contínua no âmbito do campo militar do poder nacional. Vejamos:

O Brasil

“O Brasil propugna uma ordem internacional baseada na democracia, no multilateralismo, na cooperação, na proscricção das armas químicas, biológicas e nucleares e na busca da paz entre as nações. Nessa direção, defende a reformulação e a democratização das instâncias decisórias dos organismos internacionais, como forma de reforçar a solução pacífica de controvérsias e sua confiança nos princípios e normas do Direito Internacional.

* Colaboração do Comando de Operações Terrestres (COTER), publicado na *Military Review* jan./fev.2008.

** O autor é General-de-Exército, Comandante do COTER.

¹ Decreto Nº 5.484 (Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências). Brasília-DF, 30 de junho de 2005.

No entanto, não é prudente conceber um país sem capacidade de defesa compatível com sua estatura e aspirações políticas.”

Objetivos da Defesa Nacional

“Dessa forma, torna-se essencial estruturar a Defesa Nacional de modo compatível com a estatura político-estratégica para preservar a soberania e os interesses nacionais em compatibilidade com os interesses da nossa região. Assim, da avaliação dos ambientes descritos, emergem os objetivos da Defesa Nacional: [...]”

Orientações Estratégicas

“As Forças Armadas devem estar ajustadas à estatura político-estratégica do País, considerando-se, dentre outros fatores, a dimensão geográfica, a capacidade econômica e a população existente.

A ausência de litígios bélicos manifestos, a natureza difusa das atuais ameaças e o elevado grau de incertezas [...] exigem ênfase na atividade de inteligência e na capacidade de pronta resposta das Forças Armadas, às quais estão subjacentes características, tais como versatilidade, interoperabilidade, sustentabilidade e mobilidade estratégica, por meio de forças leves e flexíveis, aptas a atuarem de modo combinado e a cumprirem diferentes tipos de missões.”

Diretrizes

“As políticas e ações definidas pelos diversos setores do Estado brasileiro deverão contribuir para a consecução dos objetivos da Defesa Nacional. Para alcançá-los, devem-se observar as seguintes diretrizes estratégicas:

VII – garantir recursos suficientes e contínuos que proporcionem condições efetivas de preparo e emprego das Forças Armadas e demais órgãos envolvidos na Defesa Nacional, em consonância com a estatura político-estratégica do País.”

Podemos constatar que a expressão “estatura político-estratégica” é empregada em várias oportunidades no texto da atual PDN, com o objetivo de orientar os planejamentos realizados pelos diversos setores que contribuem para a consecução dos objetivos da Defesa Nacional. Daí, a importância de se avaliar a posição que o Brasil ocupa atualmente no *ranking* das nações e de se entender as estratégias nacionais que estão sendo desenvolvidas e colocadas em prática, visando à sua evolução em curto, médio e longo prazos.

Portanto, os planejamentos da Defesa devem acompanhar a evolução do País, de maneira a manter o poderio militar nacional compatível com o *status* por ele ocupado na cena internacional.

Status de potência entre as nações

Existem diversos estudos no campo das Relações Internacionais que procuram estabelecer níveis de *status* entre as nações. São várias as definições, embora existam pontos em comum considerados essenciais na classificação, ou na comparação relativa, dos Estados.

A metodologia que escolhemos, a seguir especificada, é apenas uma das alternativas atualmente existentes e capazes de encadear o nosso raciocínio na tentativa de visualizar a situação do Brasil no sistema internacional.²

² WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Status de Potência. [on line]: Wikimedia Foundation, s.d. [data da consulta: 08 de outubro de 2007]. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Pot%C3%Aancia_regional.

Média potência

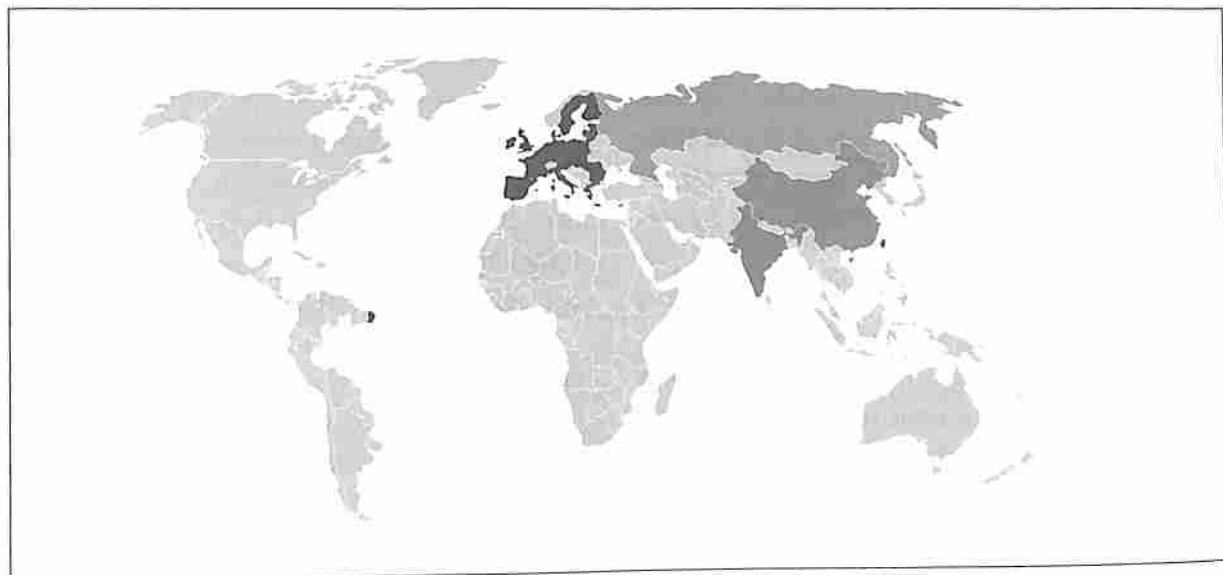
Média potência, ou potência média, é um termo usado no campo das Relações Internacionais para descrever os Estados que não são superpotências ou grandes potências,³ mas que possuem algum grau de influência global, embora não tenham, obrigatoriamente, dominância sobre qualquer área geográfica mundial.

As médias potências normalmente buscam constituir grupos com o objetivo de se fortalecer, sem necessariamente submeterem-se à liderança dos mesmos. Por exemplo, durante a Guerra Fria, diversas médias potências que não estavam alinhadas a uma das duas superpotências, Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, aderiram ao chamado “Movimento Não-Alinhado”, com o objetivo principal de buscar parcerias internacionais. Assim, uma das principais características das médias potências é o multilateralismo.

A seguir, apresentamos uma lista de nações que podem ser consideradas médias potências: África do Sul, Arábia Saudita, Argélia, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Coreia do Sul, Dinamarca, Egito, Eslovênia, Espanha, Finlândia, Hungria, Índia, Indonésia, Irã, México, Nigéria, Noruega, Países Baixos, Paquistão, Polônia, República Tcheca, Romênia, Suécia, Suíça, Turquia, Venezuela.

Potência regional

Potência regional é o termo usado a fim de descrever um país com poder e influência suficientes para exercer determinado controle sobre sua região geográfica. A seguir, serão apresentados os Estados que se destacam em suas respectivas regiões. Vale notar que os países escritos com caracteres sublinhados representam os mais dominantes em cada região, enquanto os países escritos em *itálico* representam potências regionais potenciais.



³ Buscaremos definir os *status* “superpotência” e “grande potência” no prosseguimento deste trabalho.

África: a África do Sul detém a maior parte do poder no sul do continente, no que se refere aos campos econômico, político e militar; sua economia cresceu acima da média africana na década passada; costuma exercer muita pressão nos assuntos de seu interesse. O *Egito* possui reconhecido poder no âmbito do mundo árabe do norte da África, experimentando crescimento econômico progressivo e contínuo durante anos; no campo militar, mantém as Forças Armadas mais fortes no continente africano. *Quênia* e *Nigéria* também são potências regionais na África. O Quênia possui influência na África Oriental e a Nigéria na África Ocidental.

América do Norte: contém três nações poderosas: Estados Unidos da América, Canadá e *México*. Os Estados Unidos são uma superpotência, ou hiperpotência,⁴ enquanto o Canadá e o México são potências médias. Assim, os EUA são a potência regional. As relações EUA-Canadá são fortes, e ambos possuem economias muito desenvolvidas. Por outro lado, as relações México-EUA enfrentam algumas dificuldades, causadas, particularmente, pela imigração ilegal. Em 1994, EUA, Canadá e México deram os primeiros passos rumo à formação de um economia supranacional, com a criação do Nafta,⁵ estabelecendo uma zona de livre comércio entre os três países.

América do Sul: o Brasil é considerado a potência regional na América do Sul, acompanhado por *Argentina* e *Chile*. Mantém muito bom relacionamento com praticamente todas as nações mundiais, embora ressalte o interesse em priorizar os Estados do seu chamado “entorno estratégico”, América do Sul e África.⁶ Em anos

recentes, o atual presidente da Venezuela vem se firmando como um líder proeminente em seu país, influenciando indiretamente em algumas nações próximas. Assim, a Venezuela vem buscando firmar-se no *status* de potência regional potencial.

Ásia: no Leste da Ásia, historicamente, a China tem cumprido papel relevante, progredindo continuamente até ser considerada uma grande potência; o país detém um expressivo contingente militar; sua economia cresce rapidamente e possui a maior população do Mundo. Nessa parte do continente asiático, destacam-se outras nações com poder considerável, tais como o *Japão*, a *Coréia do Sul* e *Taiwan*, todos com Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* superior ao verificado na China. O Sudeste Asiático tem como principais países duas grandes potências, a China e a *Índia*, sem que qualquer delas possa ser apontada como poder regional principal. Vale ainda ressaltar que os países originais da *Association of South East Asian Nations* (Asean) – *Indonésia*, *Malásia*, *Filipinas*, *Cingapura* e *Tailândia* – possuem postura de potências regionais. O Sul da Ásia, conhecido também como subcontinente indiano, é uma região que consiste em um país principal, a Índia, além do *Paquistão*, de Bangladesh, do *Sri Lanka*, do *Nepal* e do *Butão*. A Índia possui economia forte com rápido crescimento e poder demográfico, geográfico e cultural.

Oriente Médio: a Turquia pode ser considerada a potência regional do Oriente Médio; o PIB, a população, o efetivo das Forças Armadas e o orçamento de Defesa turcos são maiores do que os dos demais países da sua região; o país é membro da Otan e mantém o esforço para

⁴ Buscaremos definir o *status* “hiperpotência” no prosseguimento deste trabalho.

⁵ *North America Free Trade Agreement* – Nafta (Acordo de Livre Comércio da América do Norte).

⁶ Principalmente na sua vertente ocidental (África Atlântica).

se juntar à União Européia. O *Irã* também pode ser considerado uma potência regional, pois possui elevado contingente populacional, extensa área e economia crescente; está se tornando mais auto-suficiente no campo da Defesa e mantém forte relacionamento com potências regionais e superpotências emergentes,⁷ tais como a China, a Índia e a Rússia; a economia iraniana é maior do que a dos países árabes e a de Israel, aproximadamente do mesmo porte da turca. Por causa da maioria árabe sunita no Oriente Médio, bem como da localização de Meca e Medina, a *Arábia Saudita* pode ser apontada como potência com influência regional considerável. Também não se pode deixar de considerar Israel como uma potência regional, particularmente em função de sua capacidade de projeção de Poder Militar e de seus recursos bélicos tecnologicamente avançados sobre a maior parte do Oriente Médio; além de sua capacidade militar, o país mantém grande força na diplomacia internacional e constitui peça-chave em numerosos conflitos do Oriente Médio.

Europa: não se pode considerar que na Europa Ocidental uma nação mantém poder exclusivo. O Reino Unido, a *França* e a *Alemanha* são consideradas as três potências principais, possuindo economias sólidas e desenvolvidas. O Reino Unido conserva estreitos laços econômicos e culturais com os Estados Unidos; vale destacar sua capacidade de projeção de poder e o seu poderio bélico; esses aspectos, entre outros, lhe conferem o *status* de potência regional. A Rússia, mais importante Estado da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, manteve, durante a Guerra Fria, forte influência no Leste Europeu e na Ásia Central; o país conserva voz forte nos casos internacionais de antigos Estados soviéticos, sendo consi-

derado uma potência regional. Depois da dissolução da ex-União Soviética, a influência da Rússia no Leste Europeu diminuiu consideravelmente, permitindo que outros países, particularmente a *Polônia*, a *Romênia*, a *Bulgária* e a *Ucrânia* apresentem-se como potências regionais potenciais. No Sul europeu, a Itália destaca-se como país dominante; ocupa posição central no Mediterrâneo e possui o maior PIB per capita da região.

Oceania: a Austrália pode ser considerada a potência regional da Oceania; mantém fortes relações com o Reino Unido, com a União Européia e com os Estados Unidos; possui economia estável, Governo democrático e as mais poderosas Forças Armadas regionais, que costumam participar em missões de paz da ONU. Também devemos considerar o importante papel desempenhado pela *Nova Zelândia*, Estado mais influente depois da Austrália. Os dois países, como membros da "anglosfera", estão alinhados com determinados princípios da Política Externa dos Estados Unidos e do Reino Unido.

Grande potência

Estado que, por seu poderio econômico, político e militar, é capaz de exercer o poder além ("por cima") da diplomacia. As posições que assumem são consideradas pelas demais nações antes da tomada de uma ação diplomática ou militar. Uma grande potência tem, na prática, a capacidade de intervir militarmente em qualquer parte do Planeta.

Existe um acirrado debate sobre quais nações constituem as grandes potências do Mundo, e análises consideradas, por vezes subjetivas, dificultam o acordo em torno de uma lista definitiva.

⁷ Buscaremos definir o *status* "superpotência emergente" no prosseguimento deste trabalho.

Ao longo da História, os “turnos do poder internacional” foram estabelecidos, principalmente, em decorrência dos grandes conflitos. Com a conclusão da Primeira Guerra Mundial, e o resultante Tratado de Versalhes, o Reino Unido, a França, a Itália e os Estados Unidos – conhecidos como os “Quatro Grandes” – apresentaram-se como os principais árbitros da nova ordem mundial. O fim da Segunda Grande Guerra viu os Estados Unidos, o Reino Unido e a União Soviética, atualmente a Rússia como herdeira, emergirem como os vencedores primários. A China e França tiveram sua importância reconhecida, sendo incluídas no grupo de países com assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CS/ONU).⁸

Superpotência

Estado com poder para influir decisivamente em eventos de escala mundial. Detentor de grande força econômica, possui capacidade de projetar poder ao redor do Mundo e de exercer forte influência cultural (*soft power*).

Não resta dúvida que, nos nossos dias, os Estados Unidos da América assumem a condição de superpotência mundial e, segundo alguns estudiosos, de maneira isolada.

Para outros especialistas, a Rússia, como Estado sucessor da ex-URSS, conserva certos aspectos de uma superpotência – arsenal militar, grande

população, maior território mundial e capacidade de desenvolver tecnologias militares e espaciais.

No que se refere à União Européia, estudiosos do assunto sustentam que, se considerada em conjunto, isto é, unificada,⁹ possui características de uma superpotência.

Superpotência emergente

Estado considerado com potencial para alcançar a condição de superpotência, ou próxima de superpotência, ao longo do século XXI. Quatro nações emergentes – Brasil, Rússia, Índia e China (os BRICs) são consideradas detentoras desse potencial.¹⁰

Estes, juntos, movimentaram US\$ 50 bilhões em 2004, e estima-se que, até 2009, alcançarão a cifra de US\$ 115 bilhões.¹¹

A título de ilustração, apresentaremos, a seguir, alguns dados sobre a dimensão geográfica, a capacidade econômica e a população existente em cada um desses países.¹² Tais aspectos estão referidos no Capítulo “Orientações Estratégicas” da Política de Defesa Nacional.¹³

Brasil: possui a 5ª maior população e o 10º maior PIB do Planeta. É uma das nações G4;¹⁴

Rússia: possui a maior extensão territorial, a 8ª maior população e o 9º maior PIB do Planeta. É uma das nações que têm assento permanente no CS/ONU;

⁸ Os assentos permanentes do CS/ONU representam um dos principais critérios para classificar as nações como detentoras do *status* de grande potência contemporânea.

⁹ Atualmente, os Estados exercem suas políticas Externa e de Defesa de maneira individual.

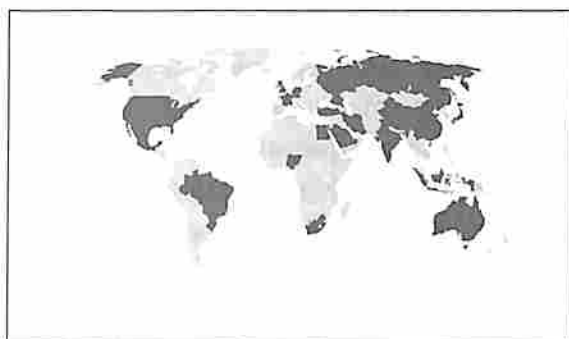
¹⁰ Alguns autores entendem que a União Européia – considerada em conjunto – também pode ser qualificada como uma superpotência emergente.

¹¹ COMPUTERWORLD. BRIC's serão mercado de US\$ 115 bilhões para TI em 2009. Computerworld [on line]. 18 de maio de 2006. [data da consulta: 28 de novembro de 2007]. Disponível em: <http://computerworld.uol.com.br/mercado/2006/05/18/idgnoticia.2006-05-18.8087509101/>.

¹² ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Central Intelligence Agency (CIA). The World Factbook. Guide to Rank Order pages. 13 de julho de 2007. <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/docs/rankorderguide.html>.

¹³ Ver p. 2 deste trabalho.

¹⁴ Aliança entre Alemanha, Brasil, Índia e Japão, nações originalmente empenhadas em conquistar um assento permanente no CS/ONU. O Japão não mais integra o G4.



Índia: possui a 7ª maior extensão territorial, a 2ª maior população e o 4º maior PIB do Planeta. É uma das nações G4;

China: possui a 4ª maior extensão territorial, a maior população e o 2º maior PIB do Planeta. É uma das nações que têm assento permanente no CS/ONU.

Hiperpotência

Estado dominante em todo o Planeta, mantendo considerável superioridade em relação aos demais integrantes do sistema internacional.

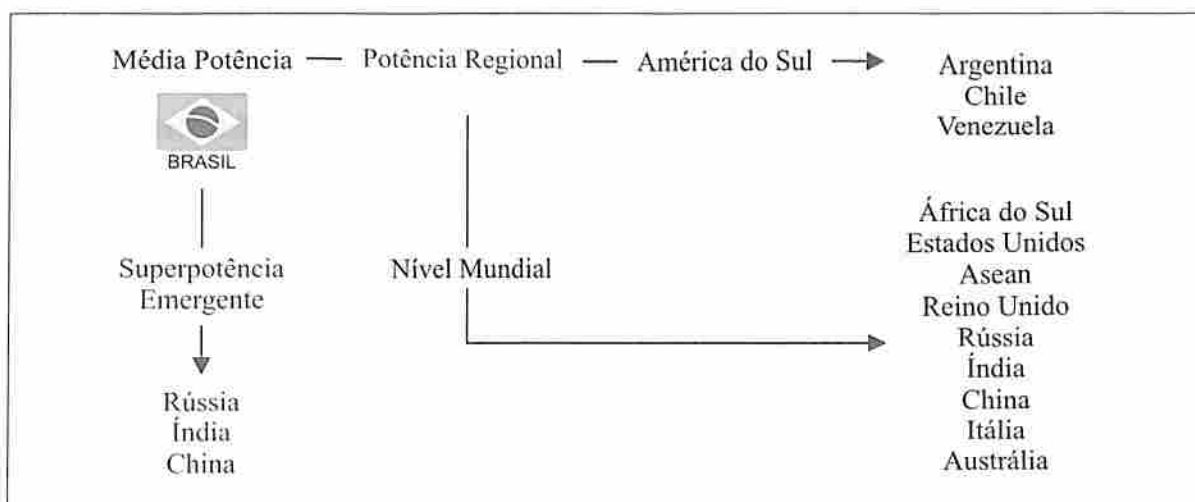
Originalmente empregado na década de 1990, para classificar os Estados Unidos da América, o termo está caindo em desuso em face da crescente influência exercida pela União Européia e pela China.¹⁵

Por outro lado, Jean-François Revel, jornalista francês, identificou que “hiper”, em grego, significa o mesmo que “super”, considerando, portanto, não haver necessidade de se criar o novo termo se já existe a classificação “superpotência”.¹⁶

Estatura político-estratégica do Brasil e o poderio bélico nacional

O Estudo apresentado no item anterior indica que o Brasil figura nos *status* de:

- média potência;
- potência regional; e
- superpotência emergente.



¹⁵ DANESE, Sergio, “A hiperpotência e o ‘containment’ pela diplomacia”, *Folha de S. Paulo*, 19 de maio de 2004, [s.p.]. Disponível em: <http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=124204>.

¹⁶ REVEL, Jean-François, *L'obsession anti-américaine - son fonctionnement ses causes ses conséquences*, Editora Plon, França: 2002, 410 p.

O esquema anterior tem como objetivo mostrar, nos diversos níveis em que se enquadra, com que outros países o Brasil compartilha o mesmo *status*. Em outras palavras, pretende apresentar uma visão, uma interpretação, da “estatura político-estratégica” do País no âmbito do sistema internacional.

Surge, então, uma questão que entendemos ser fundamental. Como ajustar o poderio bélico nacional à estatura político-estratégica do Brasil, considerando-se o momento atual e o futuro?

Nesse sentido, o Brasil, que, como vimos, é uma média potência:

– exercendo o *status* de potência regional, em nível sul-americano, deverá ter como referências os poderios militares da Argentina, do Chile e da Venezuela;

– ocupando o *status* de potência regional, em nível mundial, deverá levar em consideração a capacidade bélica dos países que se apresentam como potências regionais em suas respectivas áreas geográficas, a saber: África do Sul, Estados Unidos, países integrantes da Asean – Indonésia, Malásia, as Filipinas, Cingapura e Tailândia –, Turquia, Reino Unido, Rússia, Índia, China, Itália, Austrália;

– para se firmar como superpotência emergente, deverá ter como referências as capacidades militares da Rússia, da Índia e da China.

Sabemos que a evolução nacional normalmente ocorre de forma gradual, indicando que o estabelecimento dos cenários possíveis, no campo militar, deve levar em conta as reais capacidades do País e as diversas conjunturas presentes e futuras. Portanto, algumas das referências apontadas, tais como os Estados Unidos, a Rússia, o Reino Unido e a China, Estados que já alcançaram o *status* de superpotência e de grande potência, devem inspirar

objetivos a atingir em prazos muito mais estendidos do que os demais países constantes do esquema apresentado anteriormente.

Vamos, então, passar a questionar: Qual a percepção da política nacional no que se refere ao atual posicionamento do Brasil no âmbito internacional? Onde está o País hoje? Qual a prioridade estabelecida? O Brasil pretende ser a potência regional no âmbito sul-americano? O Brasil já se considera a potência regional sul-americana? O Brasil pretende ser reconhecido como potência regional, não apenas no âmbito da América do Sul, mas atingindo os níveis alcançados pelas demais potências regionais mundiais? O País deseja prosseguir sua evolução e firmar-se como uma superpotência emergente? Quais os prazos visualizados pelo poder político nacional para alcançar os patamares desejados?

Considerando que o *status* alcançado por um Estado no sistema internacional baseia-se em seus índices nos diversos campos do poder, a capacidade bélica constitui peça fundamental na construção da “estatura político-estratégica” nacional.

Definida pelo poder político a “estatura” atual e a visualização de sua evolução ao longo do tempo, condições, prazos etc., cabe a esse mesmo poder político tomar as providências destinadas a dotar a Nação de poderio bélico capaz de auxiliar no atendimento dos legítimos anseios nacionais.

Tal ajuste, gradual e contínuo, exige a integração de todos os setores nacionais comprometidos com o futuro do País. Já há correntes que apregoam a necessidade de a Política de Defesa Nacional evoluir para uma “Política Nacional de Defesa”, representando o empenho de todos os setores do poder nesse campo fundamental à sobrevivência da Nação brasileira.

ra. Nesse sentido, cada vez mais, faz-se necessário estreitar os laços funcionais entre o político, o diplomata e o soldado.

Portanto, para os planejadores do campo da Defesa, é fundamental conhecer, de perto, as estratégias políticas para o crescimento e o fortalecimento nacionais, as metas a atingir, seus prazos, sua execução. Da mesma forma, são necessários o estudo e o acompanhamento da Política de Relações Exteriores e as estratégias traçadas e empregadas para a projeção do Brasil no sistema internacional.

São essas as referências principais para os encarregados do planejamento estratégico no âmbito da vertente militar do Poder Nacional.

Já enfatizamos que, na execução desse trabalho, fundamental faz-se compreender as conjunturas nacional e internacional, para identificar e priorizar as ameaças a enfrentar.

Vejam, agora, outros aspectos que devem ser considerados nesse desafio de dotar o Brasil de Forças Armadas que estejam ajustadas às suas necessidades, ou seja, à altura de sua “estatura político-estratégica”.

Estudiosos apontam a conjuntura internacional, a partir de 1990, como o principal marco do que ficou conhecido como “Pós-Modernismo Militar (PMM)”.

No PMM, geralmente, os conflitos armados têm objetivos limitados e curta duração. A informatização e a tecnologia, aplicadas às ações bélicas, tendem a assegurar menores custos em perdas humanas e materiais, fazendo com que sejam neutralizados, ou pelo menos amenizados, os óbices que eventualmente poderiam advir da opinião pública interna e internacional.

As características do PMM, mais uma vez enfatizamos, criam a necessidade de entrosamento

institucional, estreito e continuado, entre políticos, diplomatas e militares, em uma concepção sistêmica da Defesa Nacional, com especial ênfase em todas as etapas das operações combinadas ou conjuntas.

Buscando ajustar-se à importância de sua nação na cena internacional, as Forças Armadas do PMM deparam com diversos caminhos possíveis a seguir e, normalmente, devem fazer sua opção entre a “evolução” – Evolução em Assuntos Militares (EAM) e a “revolução” – Revolução em Assuntos Militares (RAM).

Na EAM, verifica-se a busca da modernização e da atualização das Forças Armadas, podendo tal iniciativa, até mesmo, experimentar relevantes avanços no campo tecnológico. Ocorre que esse esforço é realizado em um ambiente no qual imperam conceitos operacionais e estruturas organizacionais, baseados em filosofias de emprego antigas, talvez ultrapassadas. Portanto, nesse caso, o que normalmente consegue-se é uma melhoria técnica na capacidade de emprego da Força militar.

Na RAM, o processo evolutivo é conduzido de maneira bem diferente, em razão da necessidade de obterem-se mudanças radicais no pensamento com relação ao poderio bélico, nos diversos campos do Poder Nacional – político, econômico, diplomático, psicossocial, científico-tecnológico. Ou seja, é estabelecida uma nova filosofia de emprego militar, com a substituição de antigos e ultrapassados paradigmas.

Tratemos mais um pouco dessa “revolução”. Outra vez, ressaltamos que o fim da Guerra Fria e o surgimento de novas tecnologias têm exigido o empenho no sentido de modificar as Forças Armadas, nas suas mais diversas vertentes, “desde a formação

de seus recursos humanos às suas doutrinas de emprego, passando, naturalmente, pelos novos equipamentos, a maior parte dos quais se baseia na dinâmica tecnológica que tem caracterizado a evolução da própria sociedade civil. Esse processo de adaptação tem sido apelidado de Transformação de Defesa”.¹⁷

Vejamos alguns aspectos importantes a considerar quando tratamos de Transformação de Defesa:

– atua sobre os recursos humanos, a doutrina, a estrutura organizacional, os materiais e as instalações militares;

– as Forças Armadas devem estar integradas à “era da informação”; devem migrar da situação de mobilização para a situação de prontidão;

– uma Força militar moderna define-se pela mobilidade, pela rapidez dos processos de planejamento, de decisão e de atuação, pela facilidade de sustentação logística, pelo maior apoio de modernas tecnologias da informação e pelo emprego de armamento de precisão;¹⁸

– uma Força militar moderna deve estar, sobretudo, apta a cumprir suas missões e a concretizar seus objetivos no mais curto prazo de tempo possível, evitando operações prolongadas. Deve reagir com rapidez, logo no início de uma crise, com ou sem aviso prévio;

– trata-se de um processo contínuo a desenvolver. Não é apenas um objetivo a atingir dentro de um determinado prazo.

Chega, então, o momento em que devemos dirigir ao leitor a seguinte questão:

Estão as Forças Armadas brasileiras, hoje, adequadamente ajustadas à “estatura político-estratégica” do Brasil?

Se a sua resposta for positiva, tudo bem; estamos, então, no caminho certo. Se a sua resposta for negativa, qual seria o caminho a seguir, o da evolução ou o da transformação (revolução)?

Uma outra pergunta para os que integram o Exército Brasileiro:

Quais as cores das lentes através das quais você está enxergando o Exército Brasileiro hoje?

Se quisermos obter resultados diferentes no Exército Brasileiro, teremos de romper com o passado e adquirir mentalidade, habilidades e capacidades novas para desenvolver soluções sinérgicas.

Considerações finais

O Brasil desponta como um País que, gradativamente, vem alcançando papel de destaque no concerto das nações.

O término da Guerra Fria, ao contrário do que apregoavam diversas correntes de pensamento, não significou o “fim da história”. A conjuntura mundial atual é marcada pelos chamados “riscos assimétricos” – violência social, anarquia criminal, tráfico de drogas, crime organizado, corrupção, nacionalismo extremado, fundamentalismo religioso, destruição ambiental, entre outros –, requerendo adequação dos princípios orientadores das atividades relacionadas com a Segurança e a Defesa. As “novas missões”, como qualquer empreendimento humano,

¹⁷ PORTUGAL. Estado-Maior-General das Forças Armadas. *A transformação nas Forças Armadas* [on line]. Lisboa, 17 de outubro de 2007. [data consulta: 28 de novembro de 2007]. Disponível em: http://www.emgfa.pt/elementos/documentos/Transforma%C3%A7%C3%A3o_%20nas_FA.pdf.

¹⁸ Ver referência feita ao Capítulo “Orientações Estratégicas” da Política de Defesa Nacional (p. 2).

exigem ajustes na estrutura e na filosofia de emprego das Forças Armadas.

O conflito do futuro terá como aspectos prioritários: o controle de massas; a luta contra o crime organizado; o combate ao terrorismo internacional; as ações sobre a Informação (mídia); a cooperação com órgãos nacionais e com outros países; e a integração de todos os meios a serem empregados.

As Forças Armadas da atualidade devem buscar adotar uma atitude moderna na forma de se estruturar e de se preparar para cumprir suas missões constitucionais, reduzindo a burocracia e eliminando desnecessárias duplicações de trabalho.

Na maneira de combater, a Força militar atual deve realizar sua preparação, tendo, como base, conceitos que lhe favoreçam a obtenção das capacidades necessárias ao cumprimento de suas missões de forma rápida e decisiva.

A definição do que representa a expressão “estatura político-estratégica do Brasil” é muito importante, pois deve orientar o planejamento destinado a dotar o País do poderio bélico que lhe seja compatível e que seja capaz de assegurar a manutenção dos Objetivos Nacionais Permanentes.

A essa “estatura” refere-se, em diversas oportunidades, a atual Política de Defesa Nacional, que poderá evoluir, com todas as implicações decorrentes, para uma “Política Nacional de Defesa.” ☉

Referências

- COMPUTERWORLD. BRIC's serão mercado de US\$ 115 bilhões para TI em 2009. Computerworld [on line]. 18 de maio de 2006. [data da consulta: 28 de novembro de 2007]. Disponível em: <<http://computerworld.uol.com.br/mercado/2006/05/18/idgnoticia.2006-05-18.8087509101/>>
- COVARRUBIAS, Jaime Garcia. A transformação da defesa nos EUA e sua aplicação na América Latina. *Military Review*, EUA, Mai-Jun 2005, p. 80-86.
- DANESE, Sergio. A hiperpotência e o 'containment' pela diplomacia. *Folha de S. Paulo*, 19 de maio de 2004. Disponível em: <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=124204>>
- Decreto N° 5.484 (Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências). Brasília-DF, 30 de junho de 2005.
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Central Intelligence Agency (CIA). The World Factbook. Guide to Rank Order pages. 13 de julho de 2007. <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/docs/rankorderguide.html>>.
- . US Department of Defense. Office of the Assistant Secretary of Defense (Public Affairs). *Secretary Rumsfeld Speaks on "21st Century Transformation" of U.S. Armed Forces* [on line]. National Defense University (NDU), Fort McNair, Washington, D.C., 31 de Janeiro de 2002. [acesso em: 28 de novembro de 2007]. Disponível em: <<http://www.defenselink.mil/speeches/2002/s20020131-secdef.html>>
- PORTUGAL. Estado-Maior-General das Forças Armadas. *A transformação nas Forças Armadas* [on line]. Lisboa, 17 de outubro de 2007. [data consulta: 28 de novembro de 2007]. Disponível em: <http://www.emgfa.pt/elementos/documentos/Transforma%C3%A7%C3%A3o_%20nas_FA.pdf>
- REVEL, Jean-François, *L'obsession anti-américaine - son fonctionnement ses causes ses inconsequences*, Editora Plon, França: 2002, 410 p.
- RODRIGUES, Alexandre Reis. A Transformação das Forças Armadas Americanas. *Jornal de Defesa e Relações Internacionais* [on line]. 05 de maio de 2007. [acesso em: 31 de outubro de 2007]. Disponível em: <http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=179>
- VICENTE, João Paulo Nunes. A revolução do Pensamento Estratégico. *Jornal de Defesa e Relações Internacionais* [on line]. 13 de fevereiro de 2007. [acesso em: 31 de outubro de 2007]. Disponível em: <http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=406>
- WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Status de Potência. [on line]: Wikimedia Foundation, s.d. [acesso em: 08 de outubro de 2007]. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Pot%C3%Aancia_regional>